

40º Encontro Anual da Anpocs

ST09 Democracia e desigualdades

**Contradições e limites da Bancada Feminina na Câmara dos  
Deputados: uma análise da 54ª Legislatura (2011-2014)**

Autora: Maíra Kubík T. Mano

Caxambú, 2016

# **Contradições e limites da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados: uma análise da 54<sup>a</sup> Legislatura (2011-2014)**

Autora: Maíra Kubík T. Mano<sup>1</sup>

Resumo: Neste artigo, procuro analisar os pontos de convergência e divergência entre as deputadas federais que compõem a Bancada Feminina da Câmara, levando em consideração que sua integração se dá a partir de um recrutamento biologizante e que sua atuação é atravessada por outros marcadores sociais e identitários.

Palavras-chave: feminismo; representação política; Bancada Feminina

## **1. Introdução**

O sujeito hegemônico da política institucional brasileira é o homem, branco, cisgênero, heterossexual e com certa renda. A presença das mulheres é baixa, o que faz do Brasil um dos países do mundo com menor participação feminina no Legislativo (WEF, 2014). Como afirma Varikas, há uma "incapacidade manifesta, apesar da instituição da igualdade do direito e do sufrágio universal, de integrar, no quadro da democracia representativa, uma metade dos cidadãos" (VARIKAS, 1995). É nesse cenário que analiso a representação da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados durante a 54<sup>a</sup> Legislatura (2011-2014), mais especificamente suas convergências e divergências, considerando que esta bancada engloba todas as deputadas da Casa – em uma filiação compulsória apoiada na biologia – e que elas ocupam o mesmo lado da divisão sexual do trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, é professora adjunta do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA). É pesquisadora do NEIM/UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) e do NEILS/PUC-SP (Núcleo de Estudos em Ideologias e Lutas Sociais). Contato: maira.kubik@ufba.br

A 54<sup>a</sup> Legislatura destaca-se por ser o momento em que a Bancada Feminina, atuante desde a Constituinte de 1988, obteve assento no Colégio de Líderes e adquiriu espaço próprio e funcionários, ganhando, portanto uma nova dimensão dentro da institucionalidade, denominada “Secretaria da Mulher”.

Ademais, é o período em que o Poder Executivo estava nas mãos de um partido de centro-esquerda, historicamente atrelado aos movimentos de mulheres e feministas, e cujo governo detinha maioria no Congresso Nacional, em um amplo arco de alianças com partidos de centro, de centro-direita e de direita. Não menos importante, esta era ainda a primeira vez que uma mulher era eleita para Presidência da República, Dilma Rousseff, o que pode acrescentar elementos subjetivos – como nos indicam MENEGUELLO et. al.: “os ganhos com a vitória de Dilma têm impacto fundamental no mapa de referências que a sociedade tem sobre o papel da mulher (...), servindo como exemplo para ampliação das conquistas femininas”<sup>2</sup> – e objetivos – José Eustáquio Diniz Alves observa que “com a alternância de gênero no Palácio do Planalto, o número de ministras cresceu e aumentou a presença de mulheres na presidência de empresas e órgãos públicos, como no IBGE e na Petrobrás”<sup>3</sup> – no que diz respeito à representatividade.

Estabelecido o marco temporal, defini como hipótese central da pesquisa que o advento da Secretaria de Mulheres reforçou a articulação política já existente entre as parlamentares da Bancada Feminina, mas que essa atuação conjunta tem limitações em função de orientações partidárias e de outras relações sociais estruturantes – “raça”/etnia e classe –, assim como a religião. Haveria também um limite em função do arco de alianças feito pelos/as governistas, que teriam se distanciado de bandeiras históricas dos movimentos feministas em prol do apoio de setores mais conservadores.

Tendo em vista as hipóteses da pesquisa, optei pela metodologia qualitativa por meio de pesquisa documental, com análise do acervo da Secretaria da Mulher e também da Câmara Federal, tais como atas de reuniões, listas de presença, notas taquigráficas, anais, materiais produzidos para o público em geral e discursos na tribuna; e entrevistas

---

<sup>2</sup> MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno; SACCHET, Teresa; MANO, Maíra Kubík T.; SANTOS, Fernando Henrique; GORSKI, Caroline. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: UNICAMP, Cesop, 2012, p. 41.

<sup>3</sup> ALVES, José Eustáquio Diniz. 80 anos do voto feminino. *Agência Patrícia Galvão*, São Paulo, 23 fev. 2012. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2757&catid=80](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2757&catid=80)>. Acesso em: 15 ago. 2012.

de caráter semi-estruturado com funcionárias/os da Secretaria da Mulher e deputadas federais [Benedita da Silva (PT/RJ), Jô Moraes (PCdoB/MG), Keiko Ota (PSB/SP), Rosane Ferreira (PV/PR), Luiza Erundina (PSB/SP), Lilian de Sá (PROS/RJ) e Érika Kokay (PT/DF)].

Para analisar os dados obtidos, inicialmente discutirei a estrutura da Bancada Feminina e seu caráter biologizante. A seguir, apresentarei as participantes da Bancada e suas convergências e divergências, problematizando a possibilidade de uma atuação conjunta, assim como sua interação com as demais bancadas, frentes parlamentares e grupos de interesse.

## 2. Dilemas de representação

Diferentemente das outras Bancadas da Câmara Federal, que organizam-se em torno de um interesse comum, a Bancada Feminina é estruturada a partir de uma filiação compulsória que *pressupõe* interesses comuns. Assim, o artigo 3º de seu regimento interno, de 2007, prevê que ela é composta *pelas deputadas federais de todos os partidos* representados na Câmara dos Deputados. “A Bancada funciona assim: é mulher e está eleita, está dentro”<sup>4</sup>, explica-nos Talita Victor, assessora da Secretaria da Mulher. “Na Bancada aparece quem quiser, mas todas são convocadas”<sup>5</sup>, isto é, “fazem parte”, diz Marília Ribas, assessora da Procuradoria da Mulher, outro órgão da Câmara dos Deputados<sup>6</sup>.

O “ser” mulher a que referem-se as entrevistadas é embasado no critério sob o qual são registradas as candidaturas na Justiça Eleitoral para concorrerem ao pleito e, posteriormente, serem diplomadas deputadas<sup>7</sup>, ou seja, o fato de assinalarem, em documentos oficiais, pertencerem ao “sexo feminino” e não ao “sexo masculino”. Assim,

---

<sup>4</sup> VICTOR, Talita. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida a Maíra Kubík Mano em Brasília, 17/09/2014.

<sup>5</sup> RIBAS, Marília. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida a Maíra Kubík Mano em Brasília, 17/09/2014.

<sup>6</sup> Em 2009, foi criada por Michel Temer (PMDB-SP), então presidente da Câmara dos Deputados, a Procuradoria Especial da Mulher, através de uma resolução. A Procuradoria foi pensada pelas próprias parlamentares como um órgão de contato com o meio externo ao Congresso, cumprindo uma das funções atribuídas ao Poder Legislativo, a de fiscalização, enquanto a Bancada faria a organização das deputadas federais voltada para dentro do próprio Congresso. A Procuradoria e a Bancada Feminina passaram a funcionar de maneira concomitante e distinta, a primeira com infraestrutura “mínima” e a segunda, sem estrutura, como ressalta o Relatório de Atividades da Secretaria da Mulher 2013-2014. Com a criação da Secretaria, elas foram alocadas sob o mesmo órgão.

<sup>7</sup> Informações do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em <<http://www.eleitoralbrasil.com.br/index.php/txt/ler/15>>. Acesso em 04/12/2014.

os “interesses” que essas representantes compartilhariam para integrar a mesma Bancada estão diretamente atrelados a uma *suposta condição biológica comum* – é importante assinalar que, no período analisado, só havia parlamentares cisgênero/as na Câmara dos Deputados.

Utilizar tal parâmetro para um recrutamento automático de integrantes da Bancada Feminina *parece*, à primeira vista, remeter ao determinismo biológico, ou sejam à compreensão de que é o sexo, e não o gênero, que define os lugares sociais ocupados por homens e mulheres. Essa noção de que haveria um “destino biológico” baseia-se em uma ideologia naturalista que relega “o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a ‘papeis sociais’ sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie”<sup>8</sup>, como aponta Danièle Kergoat.

No entanto, a partir das entrevistas, é possível apreender que, *se há* uma vinculação supostamente biológica que reúne as deputadas federais enquanto grupo, *há também uma crítica* à exclusão deste grupo da política institucional em favorcimento do grupo dos homens. Podemos, portanto, vislumbrar, *ao mesmo tempo*, que existe uma compreensão da divisão sexual do trabalho, o que aponta para o construcionismo, e não *somente* a biologia. A divisão sexual do trabalho é, ainda seguindo Kergoat, modelada histórica e socialmente e se baseia em dois princípios: 1) o princípio da separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres); 2) e o princípio da hierarquia (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)<sup>9</sup>. É o caso da política institucional.

Dessa forma, parecemos estar mais próximas ao que Linda Nicholson apontou como “o fundacionalismo biológico”, que “não equivale ao determinismo biológico porque, ao contrário deste, inclui algum elemento de construcionismo social, [mas o] faz de forma problemática”<sup>10</sup>. Assim, o argumento utilizado pelas parlamentares é que elas atuariam de maneira positivamente diferenciada em relação aos homens porque possuem determinadas “características femininas” que são decorrentes tanto de uma composição anatômico-fisiológica própria – o sistema reprodutivo, a maternidade biológica – quanto de condições sociais específicas – a possibilidade de exercer a maternidade social.

---

<sup>8</sup> KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In HIRATA, Helena et. al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009 [2001], p. 67.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Rev. Estud. Fem.* vol. 8, n. 2, Florianópolis, p.11-33, 2000, p. 5.

*Contraditoriamente*, ao advogar em favor da “sensibilidade”, do “cuidado” e da “paixão” que moveriam as mulheres, as parlamentares se apropriam das mesmas justificativas que historicamente serviam para mantê-las fora da vida pública, como a de que não seriam capazes de atuar com racionalidade em um ambiente tão “duro” quanto a política institucional. Essa abordagem é problemática em ao menos dois pontos: o primeiro, porque generaliza as mulheres como um coletivo abstrato e sujeito às intempéries da natureza, apagando suas diferenciações, como de “raça”, etnia, classe social, geração etc., ou até mesmo antagonismos, e também apagando as raízes culturais da desigualdade entre elas e os homens; o segundo, porque a reivindicação das mulheres para ampliar sua participação na política institucional repousa sobre o *não cumprimento pleno do ideal republicano de igualdade* mas, ao aderir ao fundacionalismo biológico, esse discurso torna-se contraditório: qual igualdade seria possível se pressupõe-se que somos diferentes, divididos em dois “sexos”?

Para manter a coerência, seria preciso mudar o princípio da cidadania de neutra para uma que fosse sexuada, como sugere, entre outras, Carole Pateman. Essa posição ocupada pelas mulheres gera o que Pateman chamou de “dilema de Mary Wollstonecraft”<sup>11</sup>, em que, diante da cidadania patriarcal, ou as mulheres integram a política institucional enquanto indivíduos, e a igualdade as torna semelhantes aos homens, negando suas experiências e suas vidas de mulheres; ou elas são inclusas na cidadania *como* mulheres e a diferença sexual *ratifica* a separação entre o público e o privado, representada pelo domínios político e doméstico, respectivamente, o que as deixaria com atributos e em atividades que são justamente aquelas excluídas pela cidadania patriarcal:

por um lado, elas [as mulheres] exigiram que o ideal de cidadania deveria ser estendido a elas e que a conclusão lógica dessa forma de demanda é um mundo social “neutro” em termos de gênero, de acordo com a agenda do feminismo liberal. Por outro lado, as mulheres também insistiram nas suas capacidades específicas, talentos, necessidades e preocupações, tanto que a expressão de sua cidadania seria diferenciada daquela dos homens. [...] A compreensão da cidadania patriarcal significa que as duas demandas são incompatíveis.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> PATEMAN, Carole, *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988, cap. 4, p. 30.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 30.

Esse debate, registra Pateman, começou há mais de 300 anos e seria imperativo “para que cheguemos a conclusões felizes (...) avançar para conceitualizações radicais que permitam a elaboração de uma teoria compreensiva da verdadeira prática democrática”<sup>13</sup>. Ela encontra como saída ao dilema de Wollstonecraft a valorização da maternidade, com uma cidadania diferenciada segundo o gênero, que daria “uma significação política à maternidade, colocando-a diante do equivalente das virtudes cívicas da cidadania republicana fundada sobre a habilidade de manejar armas” e desconstruiria a separação entre o privado e o público<sup>14</sup>.

A também anglófona Mary Dietz rebate argumentos similares dizendo que a relação entre cidadãos conclama a igualdade, a distância e a inclusão e que o peso político dado à maternidade levaria a um essencialismo que coloca homens e mulheres em duas categorias homogêneas no campo da cidadania: ao cidadão soldado corresponderia a mãe-cidadã<sup>15</sup>. Como se todas as mulheres quisessem/pudessem ser mães e não gostassem de portar armas, e como se todos os homens estivessem pré-dispostos à violência e não gostassem de crianças. Para Dietz<sup>16</sup>

Essa premissa sugeriria como ponto de partida precisamente o que uma atitude democrática tem que negar – que as vozes de um grupo de cidadãos é geralmente melhor, merece mais atenção, mais valiosa para emulação, mais moral que quaisquer outras. Uma feminista democrática não pode dar espaço para esse tipo de tentação com o receio de que a democracia em si perca seu sentido e a cidadania, seu nome especial.

Dietz trabalha a partir de uma abordagem universalista, considerando a cidadania como coletiva, inclusiva e generalizada<sup>17</sup>, o que nos parece que tampouco contribui para solucionar o dilema esboçado por Pateman. Em tempos de múltiplas identidades e em que a compreensão das relações sociais de gênero há muito ultrapassou homens e mulheres, podemos refletir que, talvez, o dilema de Mary Wollstonecraft seja um falso dilema, uma vez que a política da presença influencia na política das ideias e *vice-versa*. Se nossas ideias são formadas a partir de nossos posicionamentos sociais e podem ser

---

<sup>13</sup> PATEMAN, “Féminisme et démocratie”. In: SGIER, Lea, 2000, p. 118.

<sup>14</sup> MARQUES-PEREIRA, Bérengère. L’inclusion des femmes en politique et la théorie politique anglo-saxonne. In: BARD, Christine; BAUDELLOT, Christian; MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Quand les femmes s’en mêlent - genre et pouvoir*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004, p. 131-132.

<sup>15</sup> DIETZ, 1998, *apud* MARQUES-PEREIRA, ibidem.

<sup>16</sup> DIETZ, 1987, *apud* PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Nova York: Oxford University Press, 2003, p. 75.

<sup>17</sup> DIETZ, Mary. “Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking”. *Political Theory*, Vol. 13, No. 1 (Feb., 1985), p. 31.

modificadas/influenciadas por outras vivências e por pressões externas ao nosso convívio, o que ocorre com maior notoriedade quando se trata de uma representação pública da sociedade, a ideia importa *assim como* a presença.

Assim, considerando que as mulheres são um grupo que se organiza de maneira antagonica aos homens na divisão do trabalho<sup>18</sup> e que, por isso, *têm experiências de vida diferenciadas*, elas poderiam trazer esta contribuição distinta à arena democrática. Mas isso não quer dizer que elas sejam biologicamente determinadas por elas e,  *muito menos*, que elas se constituem enquanto as únicas experiências cabíveis para este espaço, uma vez que elas são atravessadas por outras relações sociais tais como classe e “raça”, assim como por distintas experiências de vida. O dilema de Mary Wollstonecraft parece-nos então uma crise que só é possível quando apoiada sobre os patamares da democracia burguesa e calcada no feminismo branco.

É na perspectiva interseccional que abordaremos, a seguir, as convergências e divergências da Bancada Feminina. Apoiar-me-ei no trabalho de Maxine Molyneux sobre a participação das mulheres nicaraguenses no processo revolucionário para depor o ditador Anastasio Somoza e o período imediatamente posterior, quando os sandinistas assumem o Estado. Apesar de ser uma conjuntura distinta, ela discute, nesse estudo, a impossibilidade de as mulheres terem interesses comuns devido à múltipla natureza de sua opressão e a extrema variação de suas formas de existência através das classes e nações, o que acredito ser particularmente útil para nosso estudo. Molyneaux afirma que “porque as mulheres estão posicionadas em suas sociedades através de meios diferentes – entre eles, classe, etnia e gênero – os interesses que elas têm como grupo são moldados de maneira complexa e, por vezes, conflitantes”<sup>19</sup>. Além de interesses “de mulheres”, ela também discute “interesses estratégicos de gênero” e “interesses práticos de gênero”. O primeiro parte da análise “da subordinação das mulheres e da formulação de um arranjo alternativo, mais satisfatório do que o que existe”; o segundo, “emerge de condições concretas” a partir do posicionamento das mulheres “na divisão de gênero do trabalho”<sup>20</sup>.

### 3. Presença e ocupação de cargos

---

<sup>18</sup> FALQUET, Jules. Habilitation à diriger des recherches. “Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe de sexe”. Capítulo 5 - extratos. 2012, p. 2.

<sup>19</sup> MOLYNEUX, Maxine. “Mobilization without Emancipation? Women’s Interests, the State and Revolution in Nicaragua”. *Feminists Studies*, v. 11, n. 2, p. 227-254, 1985. p. 231-232.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 233.



A partir do levantamento feito nos arquivos da Câmara dos Deputados, podemos inferir que a presença constante na Bancada Feminina é também relacionada à ocupação dos cargos. Participa com mais frequência quem tem um compromisso administrativo. O Regimento Interno, de 2007, prevê que a Bancada seja coordenada por um colegiado de Deputadas, composto por uma integrante de cada partido com representação feminina na Casa. O colegiado escolhe uma diretoria executiva com mandato de um ano e com três deputadas federais e uma coordenadora-geral. Em 2013, na criação da Secretaria da Mulher, duas alterações foram feitas: estabeleceu-se o voto secreto para a eleição da direção e o mandato passou a ser de dois anos.

Com a criação da Secretaria da Mulher, a Bancada Feminina passou a estar presente no Colégio de Líderes com um assento permanente. De acordo com o Regimento Interno da Câmara, no seu artigo 20º, no subitem E, compete à Coordenadoria da Mulher, ou seja à Bancada, “participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados, com direito a voz e voto” e também usar da palavra, “pessoalmente ou por delegação, durante o período destinado às Comunicações de Liderança, por 5 minutos, para dar expressão à posição das deputadas da Casa quanto à votação”.

A deputada Erika Kokay (PT/DF), terceira coordenadora adjunta da Bancada Feminina, avalia que “nessa última legislatura nós conseguimos ampliar nossos espaços orgânicos, que são muito importantes. Nós conseguimos nossa participação no colégio de líderes. Nós conseguimos espaços de falas nas sessões, como as lideranças têm”<sup>21</sup>. O feito é inédito para uma bancada “temática” – lembrando que do Colégio de Líderes participam apenas as bancadas partidárias. As demais – evangélica, ruralista, empresarial, da bola [de futebol] etc. –, assim como as Frentes Parlamentares suprapartidárias – Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBT; a Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial; em Prol da Maioriade Penal; da Indústria de Bebidas; do Esporte etc. –, não têm o mesmo direito.

---

<sup>21</sup> KOKAY, Érika. *Entrevista*. 2014. Entrevista à distância concedida a Maíra Kubík Mano. 12/12/2014.

Integrar o organograma da Câmara Federal significa mudar de posição hierárquica no Congresso e passar a pertencer ao seu “alto clero”. De acordo com Débora Messenberg<sup>22</sup>

De forma irônica, a elite parlamentar brasileira é denominada entre os membros da Câmara dos Deputados como “alto clero”, numa alusão ao *Sacro Colégio Pontifício*, que congrega os cardeais da Igreja Católica, e em oposição à grande parte do corpo de parlamentares, jocosamente identificados como “baixo clero”. Nesse grupo encontram-se, em geral, os deputados que não exercem, na avaliação dos próprios congressistas, papel relevante na estrutura organizacional da Câmara e nem se destacam durante os trabalhos legislativos. (grifo meu)

Os integrantes do baixo clero ocupam, costumeiramente, “as últimas fileiras de cadeiras no plenário da Câmara” em virtude de “sua inexperiência e inexpressiva atuação parlamentar, em termos de visibilidade de ação e posicionamentos”.

Uma distribuição semelhante de cadeiras ocorre no Colégio de Líderes entre os maiores partidos, que sentam-se à frente, e os menores, ao fundo. Ao comentar o simbolismo de “pequenos gestos”, Jô Moraes ressalta que, apesar do novo assento conquistado no Colégio de Líderes, “as bancadas se reúnem pelos seus tamanhos, decrescentes. E a bancada feminina está na ponta última, final, só que temos 45 deputadas.<sup>23</sup> E nós estamos no lugar das últimas bancadas”<sup>24</sup>. Isso pode significar que, embora tenha se tornado um organismo oficial na estrutura da Câmara Federal, a Bancada Feminina ainda não tenha adquirido tanta importância.

Apesar da nova estrutura, apreendemos das entrevistas que não houve disputas para a ocupação desses cargos naquele período – contatos posteriores indicam que, durante a Legislatura seguinte, isso não se repetiu, o que mereceria um prosseguimento da pesquisa. Jô Moraes (PCdoB – MG), coordenadora, afirma que seu nome foi praticamente consensual porque ela têm como característica pessoal muito forte a mediação, algo que seria fundamental para o exercício da função. Por seu depoimento, percebemos que, se não existe uma briga pela direção, existem discussões internas que precisam ser contornadas e ânimos amainados, o que é previsível em uma situação de “balaio de gato” como a da Bancada Feminina.

---

<sup>22</sup> MESSEMBERG, Débora. “O ‘Alto’ e o ‘Baixo Clero’ do Parlamento brasileiro”. Artigo completo apresentado ao 33º Encontro Anual da Anpocs, Grupo de Trabalho 18, Elites e Instituições Políticas, 2009, p. 3.

<sup>23</sup> O número pode variar ao longo dos meses já que algumas deputadas tiram licença e outras podem assumir suplências.

<sup>24</sup> MORAES, Jô. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida a Maíra Kubík Mano. São Paulo. 09/10/2014.

A partir das listas de presença que recolhemos durante o trabalho de campo, é possível ainda subdividir as parlamentares membros da Bancada em ao menos quatro grupos internos distintos. São deputadas que:

a) Identificam-se como feministas e participam da Bancada Feminina, em especial em sua direção;

b) Têm proximidades com algumas pautas relacionadas às mulheres e participam da Bancada Feminina ocasionalmente ou como direção;

c) Não participam da Bancada Feminina;

Integram o grupo “a” algumas representantes de dois partidos posicionados à esquerda (PT e PCdoB). Já o grupo “b” tem partidos de esquerda, centro e de direita (PT, PCdoB, PMDB, PSB, PROS, PR, PDT, PP, PTdoB, PV, PPS, PEN e DEM). Integram o grupo “c” membros de partidos de centro e centro-esquerda (PSDB, PSD e PMN). E do grupo “d”, um partido de direita, o PSC. Na legislatura analisada, tinham representação na Câmara Federal, mas não feminina, e, portanto não integravam da Bancada, os seguintes partidos: PSOL, SD, PRP, PTB e PRB.

As parlamentares entrevistadas por mim durante o trabalho campo pertencem aos grupos “a” e “b”. As tentativas feitas para entrevistar as membros do grupo “c” não foram bem sucedidas. Os inúmeros contatos com suas assessorias, embora sempre atenciosos, demonstraram que não havia interesse por parte das deputadas em comentar assuntos relacionados à Bancada Feminina e à questões de gênero na Câmara Federal. Já os gabinetes das parlamentares do grupo “d” não pareciam tão bem estruturados e habituados a estabelecer uma agenda de entrevistas.

Analisando o espectro político e levando em consideração que, desde o *lobby* do Batom, como era denominado o grupo durante a Constituinte de 1988, até o período aqui referido, a Bancada Feminina foi dirigida por integrantes de partidos de centro e centro-esquerda, concluímos que este espaço foi, historicamente, mais atrelado à representantes que estiveram próximas dos movimentos de mulheres e feministas. Tais laços ativistas podem explicar o maior comprometimento com as pautas relevantes para esses agrupamentos.

Ainda assim, como nos lembra a assessora da Bancada Feminina Luciana Rubino, “a pauta de gênero não elege ninguém. É uma pauta que as deputadas defendem

enquanto mulheres, mas a grande maioria está ligada [a questões] do seu estado”<sup>25</sup>, completa Luciana Rubino, “Não tem ‘a’ deputada de gênero, a feminista”, decreta.

Jô Moraes comenta a presença majoritária de deputadas à esquerda na coordenação da Bancada:

Foi um longo período, que teve seu auge na Bancada do Batom, na Constituinte, em que as mulheres tentaram atuar de uma forma agrupada, organizada. A principal característica dessa articulação das mulheres ao longo desse período é que ela foi marcada por ter no eixo a luta por direitos e ter na sua direção representantes de bancadas à esquerda, com todo seu histórico. Em que pese o não crescimento quantitativo, a bancada feminina passou a ter uma força política qualitativa.<sup>26</sup>

#### **4. Convergências**

Analisaremos a seguir as convergências e divergências das deputadas federais no que diz respeito às pautas prioritárias tratadas por elas no âmbito da Bancada Feminina. Combate à violência, participação na política institucional e ampliação da atenção do sistema de saúde público para as mulheres são os temas de consenso, que recebem apoio de organismos internacionais, como a ONU Mulheres e o Banco Mundial, mas também dos poderes Executivo e Judiciário.

##### **a) Mais mulheres na política**

Pelas atas de reuniões da Bancada Feminina, é possível apreender que uma das prioridades da Bancada Feminina é ampliar a presença *numérica* de mulheres parlamentares na Câmara Federal, independentemente de sua ideologia. Essa iniciativa parece vir tanto de uma vontade das parlamentares de melhorar suas condições para eleição – agindo, portanto, também em interesse próprio – quanto de uma articulação com organismos internacionais, em especial a ONU Mulheres e o Banco Mundial, que em 2011 assinou com elas um acordo de cooperação de cerca de US\$ 300 mil<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> RUBINO, Luciana. Assessora da coordenação da bancada feminina. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida à Maíra Kubík Mano em Brasília, 17/09/2014.

<sup>26</sup> MORAES, op.cit..

<sup>27</sup> RUBINO, op.cit.

Em 2013, a Bancada organizou a campanha “Mulher, Tome Partido. Filie-se!”, com o objetivo de incentivar o processo de filiação de mulheres para participarem das eleições de 2014. Durante a campanha, foram realizadas duas audiências, uma para a entrega do Plano de Comunicação da Campanha de Filiação das Mulheres para a jurista Carmem Lúcia, então presidenta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); outra audiência foi com representantes dos diretórios femininos dos partidos políticos para “discutir a participação feminina nas eleições e a campanha de filiação suprapartidária”, como explicita o Relatório de Atividades da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados 2013-2014.

Como parte da campanha, foi produzido o livro “+ Mulher na Política”, primeira produção da Secretaria da Mulher em parceria com a Procuradoria da Mulher do Senado, e foi lançado em dezembro de 2013. “A produção teve como objetivo mostrar a baixa presença da mulher na política e marcar a segunda fase da campanha (...), movimento de conscientização das mulheres para que ocupem cada vez mais os espaços na política”, cita do relatório.

Em 07/08/2013, as parlamentares reuniram-se com uma representante ONU Mulheres, Nadine Gasman, e colocaram suas preocupações a respeito desse tema. Apresentaram como solução a reforma política. Marina Santanna (PT-GO) “ressaltou a importância de se efetivarem mudanças na legislação eleitoral” para possibilitar uma maior “participação das mulheres na política para o aprofundamento da democracia” e solicitou que a ONU se aproprie do debate sobre “reforma política”. Já a deputada Nilmar Ruiz (PEN-TO) “apontou a pequena participação feminina no Parlamento e a necessidade de [formular] leis que garantam que as mulheres se insiram nesse espaço”. Ela solicitou ainda que a ONU Mulheres divulgasse “experiências internacionais bem sucedidas no fortalecimento das mulheres na política para serem criadas propostas concretas de ações no Brasil”. A deputada Luciana Santos (PCdoB-PE) “ressaltou a importância do debate sobre a reforma política e mencionou impasses”. Santos cita que Dilma “defendeu uma Constituinte, mas por questões legais não pode ser concretizada e então se sugeriu o plebiscito”. A defesa de uma nova Constituinte exclusiva para a reforma política foi apresentada pela presidenta Dilma Rousseff como uma resposta às manifestações de Junho de 2013.

O plebiscito citado por Luciana Santos não ocorreu formalmente. Contudo, em setembro de 2014 uma *consulta informal e nacional* foi feita por movimentos sociais e

organizações não-governamentais. Uma iniciativa que veio, portanto, externa ao Congresso Nacional, para pressioná-lo. O “plebiscito popular” teve, de acordo com dados dos/as organizadores – entre os quais figurava o mandato da deputada federal Erika Kokay (PT-DF)<sup>28</sup> – 7,7 milhões de votos em todo o país, sendo que 97% desse eleitorado foi favorável à realização de uma Constituinte exclusiva para a reforma política<sup>29</sup>. O mote principal da campanha pró-Constituinte é a exclusão numérica da população da política institucional, dominada por, segundo os materiais de divulgação<sup>30</sup>,

mais de 70% de fazendeiros e empresários (...) sendo que maioria da população é composta de trabalhadores e camponeses; 9% de Mulheres, sendo que as mulheres são mais da metade da população brasileira. 8,5% de Negros, sendo que 51% dos brasileiros se autodeclararam negros. Menos de 3% de Jovens, sendo que os Jovens (de 16 a 35 anos) representam 40% do eleitorado do Brasil.

Uma problematização que remete ao já mencionado questionamento da política das ideias *versus* a política da presença.

Em 2014, foi realizada outra campanha, a “Mais Mulheres na Política”, uma atuação conjunta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Secretaria da Mulher da Câmara Federal com propagandas no sistema de rádio e televisão. O TSE foi autorizado, por meio da Lei 12.891/2013, a promover a campanha para “incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política”.

Lin Israel Santos, chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher, orgulha-se do resultado:

Não sei se você chegou a observar as propagandas que foram feitas pelo TSE, dando voz para a mulher. Aquilo ali, pode-se dizer que nasceu aqui. Nasceu de onde? Em reuniões iniciais com a ministra do Supremo. Em seguida foi o ministro Marco Aurélio e em uma atuação conjunta, elas conseguiram que ele determinasse que o tribunal atuasse nesse sentido de dar voz à mulher. Tanto é que a propaganda é uma mulher que chega falando com a voz de homem, e no final ela fala com uma voz feminina e diz que é a hora das mulheres cobrarem. Então a propaganda foi tudo via tribunal, mas a pressão veio daqui. Dessa união de Bancada [Feminina] e Procuradoria [Especial da Mulher].<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> “Lista das organizações participantes”. Disponível em:

<<http://www.plebiscitoconstituente.org.br/participantes>>. Acesso em 23/12/2014.

<sup>29</sup> “Em Brasília, Dilma recebe resultado do plebiscito por uma Constituinte do Sistema Político”. *Jornal Brasil de Fato*. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/30120>>. Acesso em 23/12/2014.

<sup>30</sup> “O que é o plebiscito pela Constituinte?”. Disponível em <<http://www.plebiscitoconstituente.org.br/o-que-e-o-plebiscito-pela-constituente>>. Acesso em 23/12/2014.

<sup>31</sup> SANTOS, Lin Israel. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida à Maira Kubík Mano em Brasília, 17/09/2014.

A deputada Liliam Sá (PROS-RJ) avaliou que, apesar da realização da campanha ser uma vitória, quando ela de fato saiu do papel, “quando nós conseguimos, já estava em cima das eleições, então não teve muita repercussão”<sup>32</sup>. Assim, o resultado do pleito não foi animador: houve um aumento de apenas 1% de mulheres na Câmara, o que mostrou que as propagandas praticamente não tiveram efeito.

“A gente deu os primeiros passos, fez uma semeadura, e agora que está começando a aparecer alguns resultados. Só não apareceram mais porque (...) começou a campanha [eleitoral] e, lógico, como eu falei, a preocupação passou a ser a reeleição”<sup>33</sup>, avalia Lin Israel Santos, sem explicar exatamente qual foi a colheita.

“É um resultado decepcionante. Ele mostra que a política de inclusão das mulheres nas instâncias de poder está fadada ao fracasso, está falida”, desabafou Jô Moraes ao *Jornal da Câmara*<sup>34</sup>, publicação que ela me entregou durante a entrevista.

A deputada federal Rosane Ferreira (PV-PR) é mais otimista: “Claro que nós não alcançamos o avanço que queríamos. (...) Então não posso dizer que estou satisfeita. Mas nós não encolhemos”<sup>35</sup>. Ferreira pondera que foi a primeira vez que a Coordenadoria dos Direitos da Mulher “teve estrutura, espaço físico dentro da Câmara, servidores disponibilizados para trabalhar, temos recursos humanos dentro da coordenadoria da mulher. E isso representou um grande avanço”.

## **b) Mais mulheres nos cargos diretivos da Câmara Federal**

A ampliação da participação das mulheres nos cargos diretores da Câmara Federal é outra preocupação que unifica as deputadas atuantes na Bancada Feminina. Em 2006, a deputada federal Luiza Erundina, então PSB/SP, apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 590/2006) para garantir a presença obrigatória de pelo menos uma mulher nesses espaços. A PEC tem sido, desde então, prioridade para a Bancada Feminina. Contudo, ainda não foi à votação. “Essa é uma PEC que nós não

---

<sup>32</sup> SÁ, Liliam. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida a Máira Kubík Mano. 02/11/2014.

<sup>33</sup> SANTOS, op.cit., nota 344.

<sup>34</sup> “Numero de deputadas cresce de 45 para 51”. *Jornal da Câmara*, 7 de outubro de 2014, p. 8.

<sup>35</sup> FERREIRA, Rosane. *Entrevista*. 2014. Entrevista concedida a Máira Kubík Mano. 05/11/2014.

conseguimos apresentar. A gente não consegue, mesmo tendo estabelecido ela como prioridade da Bancada”<sup>36</sup>, lamentou Erika Kokay.

Após a saída de Rose de Freitas da Mesa Diretora, Erundina fez uma declaração ao setor de comunicação da Câmara dos Deputados a esse respeito<sup>37</sup>

Nunca se pensa [os partidos políticos] em uma deputada para preencher essa vaga garantida numa composição com base no princípio da proporcionalidade, o que reforça a afirmação que nós temos um Parlamento machista, partidos machistas e uma exclusão histórica das mulheres nos espaços de poder.

Ao analisar o item “b” juntamente com o item “a”, percebe-se que, mesmo sendo uma pauta prioritária da Bancada Feminina, as ações para ampliação dos espaços das parlamentares, seja pela eleição de mais mulheres, seja por sua presença nos cargos diretores da Câmara Federal, não tem sido bem sucedida. A obtenção do assento no Colégio de Líderes e a nova estrutura adquirida a partir da criação da Secretaria da Mulher demonstraram-se instrumentos insuficientes, nesse primeiro momento, para modificar o quadro de baixa participação das mulheres na política institucional.

### **c) Apuração e denúncias de casos de violência**

A violência contra a mulher é outra pauta que agrega as deputadas atuantes na Bancada Feminina. “Todas estão preocupadas [com esse tema]”<sup>38</sup>, diz Lin Israel Santos. “Por sermos poucas, estarmos sempre unidas com esse objetivo de dizer não à violência contra a mulher”<sup>39</sup>, avalia Liliam Sá (PROS-RJ).

Em 2012, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher com a finalidade de “investigar a situação da violência contra a mulher e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de

---

<sup>36</sup> KOKAY, op.cit., nota 293.

<sup>37</sup> LUGILIO, Marise. “Bancada Feminina volta a ficar sem representante na mesa diretora”. Câmara dos Deputados, 06/02/2013. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/POLITICA/435222-BANCADA-FEMININA-VOLTA-A-FICAR-SEM-REPRESENTANTE-NA-MESA-DIRETORA.html>>. Acesso em 15/10/2014.

<sup>38</sup> SANTOS, op.cit.

<sup>39</sup> SÁ, op.cit.



violência”. O relatório final tem mais de mil páginas e 14 projetos de lei e 73 recomendações para os 17 estados visitados pelas parlamentares e o Distrito Federal.

Em 2013, as deputadas atuaram em duas denúncias de violência doméstica. A primeira foi o caso de Fernanda Karla Porto, assassinada em novembro de 2011 diante do filho de 3 anos. O acusado era o ex-marido. Seu processo chegou à Bancada Feminina por meio de correspondência eletrônica (e-mail intitulado “APELO A BANCADA FEMININA”) da irmã da vítima, Iara Porto. Em outubro de 2013, as deputadas formaram uma Comissão Externa para investigar a denúncia e foram à Comarca de Formosa para uma audiência com o juiz criminal Fernando Samuel, responsável por julgá-la. “Várias deputadas se mobilizaram. A Câmara deu estrutura, tudo, transporte, segurança e elas foram (...) antes do julgamento (...) para conversar com o Promotor, com o Juiz, com várias entidades para mostrar preocupação”<sup>40</sup>, lembra Lin Israel Santos.

Em novembro de 2013, elas se encontraram com Mara Rúbia, outra vítima de violência doméstica. Rúbia, de acordo com uma ata de reunião da Bancada Feminina datada de 26/11/2013, foi casada por sete anos com seu agressor Wilson Bicudo, com quem teve um filho. O casal residia em Corumbá de Goiás (GO). A partir de 2012, ela começou a ser agredida e, apesar de ter procurado a Delegacia local para denunciar a violência sofrida, não obteve apoio. No início de 2013, Mara Rúbia fugiu para Goiânia com o filho. O agressor, porém, seguiu-a até a capital do estado. Lá, ela tampouco foi atendida pelo Judiciário, mesmo tendo solicitado medida protetiva. Ainda segundo a ata de reunião

Em julho de 2013, 30 dias antes do crime, o ex-marido, inconformado com a separação, tentou matá-la, e uma irmã da vítima, escondida debaixo da cama, ligou para a polícia, que chegou poucos minutos depois, e o prendeu em flagrante, levando-o para a Delegacia da Mulher. Menos de cinco horas depois, segundo a advogada, o agressor foi liberado, e ligou para Mara Rúbia, dizendo que não existia lei no Brasil, e que voltaria para matá-la. No dia 28 de agosto de 2013, ao chegar a casa após o trabalho, Mara Rúbia foi surpreendida pelo ex-marido, que a torturou por mais de uma hora, amarrou suas mãos, enrolou seu pescoço com um fio de telefone e encheu sua boca de pano. Como a vítima tentava revidar com as pernas, ele perfurou seus olhos com uma faca de mesa.

---

<sup>40</sup> SANTOS, op.cit., nota 344.

Em 05/11/2013, Mara Rúbia foi levada, pelas parlamentares, aos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde relatou a tentativa de homicídio. “Estava uma presença muito grande”, lembrou Jô Moraes (PCdoB-MG)<sup>41</sup>. No dia seguinte, as deputadas acompanharam Mara Rúbia e sua advogada em uma audiência solicitada pela Secretaria da Mulher com o ministro da Justiça José Eduardo Cardoso “para denunciar a gravidade do caso”. Por fim, formaram uma comissão externa para ir à Goiânia acompanhar o desenrolar do caso. Lin Israel Santos também comenta do episódio:

Elas foram lá [em Goiânia] no caso daquela senhora Mara Rúbia, que o marido torturou, perfurou os olhos. O juiz tinha dado uma decisão e, com essa pressão, ele voltou atrás. [O caso] estava meio largado. E a partir do momento em que a sociedade, principalmente o Judiciário, viu que havia uma pressão por parte do Legislativo Federal, eles começaram a olhar “opa, perai, o negócio não está tão largado assim. Estamos sendo observados por parlamentares”.

O caso de Rúbia é um desdobramento da CPMI da Violência contra a Mulher. Mesmo sua aparição sendo uma ação bastante pontual, ela foi utilizada pelas deputadas para demonstrar a possibilidade do poder Legislativo pressionar o Judiciário em busca de resultados mais eficientes no combate à violência doméstica, em especial após a aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/2006).

Ainda em novembro de 2013, as deputadas organizaram a campanha “16 dias pelo fim da violência contra as mulheres”, que teve diversas ações tais como um ato público; exposição fotográfica; desfile com modelos “plus size” e roda de capoeira de mulheres no Hall da Taquigrafia da Câmara Federal; apresentação musical para 200 pessoas, entre outros.

A Bancada Feminina, em conjunto com as Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado, também realizaram, com o apoio da verba do Banco Mundial mencionada acima, o Concurso Curta Documentários sobre a Lei Maria da Penha. A iniciativa, segundo o Relatório de Atividades da Secretaria da Mulher, “teve o objetivo de chamar a atenção para o problema da violência de gênero de uma forma criativa e inovadora, ao mesmo tempo em que colheu as impressões da sociedade sobre uma das mais importantes legislações brasileiras”.

---

<sup>41</sup> MORAES, op.cit., nota 274.

“A maioria das pautas de gênero não tem muita unidade, mas violência e representatividade sim. É isso. É o que unifica. Mais que isso você não consegue muito não”, diz Talita Victor<sup>42</sup>, assessora da Secretaria da Mulher. “Até porque a pauta de gênero não elege ninguém. É uma pauta que as deputadas defendem enquanto mulheres, mas a grande maioria está ligada [a questões] do seu estado”<sup>43</sup>, completa Luciana Rubino, assessora da Bancada Feminina. “Não tem a deputada de gênero, a feminista”, decreta.

#### **d) Saúde da mulher**

“Os temas de saúde para a mulher, em geral, [unificam as parlamentares]. Jamais os direitos sexuais e reprodutivos”<sup>44</sup>, afirma Jô Moraes (PCdoB-MG). Claro: os temas de “direitos sexuais e reprodutivos” incluem a legalização do aborto, o assunto que “não se menciona” na Bancada Feminina, como falarei abaixo.

O Ministério da Saúde surge aqui como principal parceiro da Bancada. Entre as iniciativas que as deputadas destacaram está o projeto de “reconstituição da mama para quem perde o seio, pode fazer na hora”<sup>45</sup>, lembra Liliam Sá (PROS-RJ). Rosane Ferreira lembrou também do estabelecimento “um prazo para o início do tratamento do câncer [após o diagnóstico na rede pública de saúde], que foi uma pauta defendida pelas deputadas Carmem Zanotto e Flavia Morais”<sup>46</sup>.

Em outubro de 2013, as parlamentares lançaram a campanha “Outubro Rosa”, sobre câncer de mama, com uma exposição de fotos de mulheres mastectomizadas e uma roda de conversa sobre “mitos e verdades sobre o Câncer de Mama”, que teve como convidados o médico do Senado Federal, Dr. Martinho Cândido de Albuquerque dos Santos, e a médica da Câmara dos Deputados, Valeska Marques de Menezes. O câncer de mama é o que mais mata mulheres no Brasil<sup>47</sup>, o que se explica pela insuficiência de

---

<sup>42</sup>VICTOR, op.cit.

<sup>43</sup>RUBINO, op.cit.

<sup>44</sup>MORAES, op.cit..

<sup>45</sup>SÁ, op.cit.

<sup>46</sup>FERREIRA, op.cit.

<sup>47</sup>Apesar de curável, câncer de mama é o que mais mata mulheres no Brasil

<http://g1.globo.com/fantastico/quadros/pedra-no-caminho/noticia/2014/05/apesar-de-curavel-cancer-de-mama-e-o-que-mais-mata-mulheres-no-brasil.html>. *GI*. 04/05/2014. Acesso em 10/01/2015.

técnicos e máquinas na rede pública de saúde e também pelo despreparo dos/as profissionais para identificar a doença.

Em 12/03/2014, 13 deputadas, em uma atividade oficial da Bancada Feminina, reuniram-se com o ministro da Saúde Arthur Chioro para abordar alguns assuntos: vacina contra HPV para meninas de até 13 anos – cuja transmissão é feita via penetração, ou seja, pelos homens; mamografia gratuita a partir dos 40 anos; tratamento em até 60 dias após diagnóstico do câncer do colo; lentidão na implementação dos serviços de saúde da mulher; e o sucateamento das frotas municipais de ambulância.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) resume essas iniciativas com a necessidade de “o gênero ser um recorte da Saúde básica”<sup>48</sup>. É interessante notar que, para além de colocar essas iniciativas no campo de “saúde da mulher”, o que poderia lhe conferir um aspecto de gueto, há uma preocupação, ao menos na fala de Kokay, de considerar essa uma questão transversal do atendimento público de saúde.

#### **e) Direitos trabalhistas**

Em entrevista, Érika Kokay mencionou como uma proposta que unifica a Bancada Feminina o Projeto de Lei 7.086/2014, da deputada federal Iriny Lopes (PT-ES), que dispõe sobre normas de equidade de gênero e “raça”, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público:

Nós temos muita dificuldade na aprovação de alguns projetos que continuam na pauta, como por exemplo, a equidade de gênero no mundo do trabalho. Nós não conseguimos avançar no projeto. Ano a ano nós tentamos fazer com que ele possa ser transformado em lei.<sup>49</sup>

Ao comentar o assunto, a deputada Liliam Sá afirmou genericamente que

Hoje nós temos profissões que as mulheres precisam ser valorizadas e respeitadas, como motoristas de ônibus, as taxistas, e nós parlamentares. Nós temos que ser respeitadas dentro daquilo que nós fazemos. Tem muitas coisas que temos que avançar. Olhamos também com carinho para as mulheres do campo, aquelas que estão plantando e colhendo. Tem que ter uma política pública voltada para as mulheres no sentido do fortalecimento de suas carreiras suas profissões.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> KOKAY, op.cit.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> SÁ, op.cit.

Sá têm, a depender dos exemplos que deu, uma visão bastante restrita sobre as profissões ocupadas por mulheres: pensa mais no estereótipo das que ocupam algumas poucas vagas em espaços tradicionalmente masculinizados – como as motoristas – do que naquelas que são historicamente tarefas femininas, como as empregadas domésticas. Ignora também o operariado.

Na ata de reunião de 06/05/2014 da Bancada Feminina consta que o projeto não foi aprovado porque “falta acordo entre os líderes [partidários], que não aceitam o mecanismo de inscrever empresas na ‘lista suja’”, ou seja, na divulgação periódica de uma relação de empresas que não cumpram a legislação.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/2010, conhecida como PEC das Domésticas, foi aprovada nesse período, em debate desde a Constituinte. No entanto, seu caso não consta nas atas analisadas para essa pesquisa<sup>51</sup>.

#### **f) Pensão alimentícia**

Na reunião da Bancada Feminina de 03/12/2013, um dos principais pontos de pauta era derrubar a medida que previa a prisão no caso de não pagamento de pensão alimentícia, quantia fixada pelo Judiciário para manutenção de filhos/as e/ou cônjuge. A ata registra os diálogos entre a deputada Érika Kokay (PT-DF) e os convidados Paulo Teixeira (PT-SP), relator do projeto a partir do segundo ano – anteriormente, estava a cargo do deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA) –, e Fábio Trad (PMDB-MS), presidente Comissão Especial que analisava o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC - PL 8046/10). “Quando teve um debate sobre a pensão alimentícia que a gente chamou o Paulo Teixeira para ir lá, também teve uma presença grande das deputadas”<sup>52</sup>, lembra Jô Moraes (PCdoB-MG). Regina Adami, funcionária da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), do governo federal, foi ao encontro para apoiar a solicitação das parlamentares.

---

<sup>51</sup> Analiso esse caso em MANO, M. K.. “Classe de sexo: reflexões sobre uma categoria de análise”. In: Andreza de Oliveira Andrade, Josiane Maria de Castro Ribeiro, Maria Ilidiana Diniz, Fernanda Marques de Queiroz, Luana Paula Moreira Santos. (Org.). *Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos*. 1ed. Mossoró: Edições UERN, 2016, v. , p. 49-70.

<sup>52</sup> MORAES, op.cit.

Kokay posicionou-se, em nome da Bancada, contra a flexibilização e pela manutenção de três dias de prisão em regime fechado para aqueles que não pagarem a pensão alimentícia. Paulo Teixeira retrucou que “as mudanças propostas não representavam uma posição dos homens, e sim uma posição do direito brasileiro”. O deputado Paulo Teixeira, ao colocar a responsabilidade pelo projeto de lei no “direito brasileiro”, e não nos “homens”, apresentou a norma jurídica como um modelo neutro, quando de fato trata-se de um discurso masculino. Porém, após a consulta da Bancada, ele decidiu apresentar a proposta de manter o regime fechado no Plenário da Câmara.

Luciana Rubino, assessora da Bancada Feminina, afirma que esse tema foi “consenso” entre as parlamentares que estavam envolvidas:

Tem algumas coisas que são consenso. No código de processo civil a gente conseguiu aquela emenda que o relator ia tirar a prisão do pai que não paga pensão alimentícia. Ia aliviar a pena. Hoje é regime fechado e ele ia deixar aberto. A gente conseguiu barrar isso. Aí teve um movimento. Mas sempre tem aquelas que não se envolvem, que não entram no mérito.<sup>53</sup>

Lin Israel Santos, chefe de Gabinete da Secretaria da Mulher, diz que esse era um assunto “que estava meio largado” e que “vários parlamentares tinham interesse naquilo”. De acordo com ele, “por uma pressão muito grande da bancada feminina, que mobilizou a sociedade civil, várias entidades feministas, de ativismo, mobilizou e veio pra cima dos parlamentares. O resultado foi que *elas* tiraram aquilo do texto”.

Para retirar do texto, contudo, *elas* tiveram que propor uma “emenda aglutinativa”, já que não era possível mais, dado o adiantado da tramitação, modificar seu conteúdo.

## 5. Onde elas discordam

Apresentarei a seguir algumas pautas que, de acordo com a análise das atas de reunião e com as entrevistas conduzidas por mim, surgiram como passíveis de divergências entre as deputadas federais. As discordâncias parecem residir em pautas que envolvem divisões morais, religiosas e entre esquerda e centro-esquerda, de um lado, e

---

<sup>53</sup> RUBINO, op.cit.

direita e centro-direita, de outro. Ou seja, questões que atravessam as “mulheres” enquanto um grupo posicionado do mesmo lado na divisão sexual do trabalho.

### **a) Prostituição**

A questão da prostituição feminina não encontra discordância apenas entre as parlamentares. Trata-se de uma pauta polêmica também para os movimentos de mulheres e feministas, que posicionam-se entre reconhecer este como um trabalho a ser regulamentado ou como uma situação de violência a ser abolida<sup>54</sup>, onde o corpo da mulher é um objeto coisificado em prol da sexualidade dos homens<sup>55</sup>. Na Câmara Federal, o tema voltou à tona com a apresentação do Projeto de Lei Gabriela Leite (4211/2012), de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que foi debatido pela Bancada Feminina. O projeto foi escrito em conjunto com as associações de prostituta, especialmente por Gabriela Leite, socióloga e trabalhadora do sexo que faleceu de câncer antes de ver o PL construído.

Na ata da reunião, de 16/07/2013, a deputada Flávia Morais (PDT-GO) discorreu sobre a “importância de ser discutido o tema (...). Na sua visão, a prestação de serviço não é crime, mas a exploração sim”. Convidado a participar do encontro, o deputado Jean Wyllys apresentou seu projeto justificando que 80% das profissionais do sexo dependem de estruturas como as casas de prostituição e que, em sendo estas ilegais, não há segurança jurídica para as trabalhadoras. No artigo 3º do PL, parágrafo único, a “casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerça qualquer tipo de exploração sexual”. Rosane Ferreira (PV-PR) solicitou “em face a importância e a complexidade do tema, que a bancada destacasse um dia para poder aprofundar o processo de discussão”<sup>56</sup>.

Sem consenso entre as parlamentares, ficou decidido que Flávia Morais e Jean Wyllys enviariam à Bancada informações sobre o tema e que, posteriormente, agendariam uma reunião. A solução de propor um estudo detalhado sobre questões em que haja divergências é uma conduta recorrente da direção da Bancada.

---

<sup>54</sup> PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, op.cit., p. 205, nota 56.

<sup>55</sup> LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. In: HIRATA, op.cit., p. 198, nota 56.

<sup>56</sup> BANCADA FEMININA, ata de reunião. Brasília, 16/07/2013.

## **b) Igualdade na educação**

Na reunião de 06/05/2014, consta da ata que a deputada Jô Moraes apresentou um artigo intitulado “A categoria de gênero nas Ciências Sociais”, das professoras Lourdes Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida, da Universidade de Brasília (UnB). A deputada expressou preocupação na “confusão conceitual” que “se tem feito no debate de gênero na Câmara, sobretudo na votação do Plano Nacional de Educação (PNE)”, concluída naquela semana. “Essa deturpação tem provocado um debate muito pesado e a Bancada Feminina deveria ‘desvestir’ essa polêmica”<sup>57</sup>, assinalou Jô Moraes. A “deturpação” a que a deputada se referia era em relação à posição da Bancada Evangélica, que impediu a votação<sup>58</sup> do PNE até que fosse retirada do texto uma das diretrizes, a que previa a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. O PNE também estabeleceu metas para a educação a serem cumpridas na próxima década e destinava 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, uma reivindicação dos partidos de esquerda e centro-esquerda desde a Constituinte e que foi finalmente aprovada. Até então, eram investidos no setor 5,3% do PIB brasileiro.

Em entrevista, Jô Moraes lamentou que “até na palavra sobre gênero no Plano Nacional de Educação nós perdemos. É um absurdo”:

Para aprovar o PNE nós tivemos que abrir mão de fazer um destaque na palavra “gênero” no plenário porque a gente estava precisando aprovar o plano nacional, era uma conquista fundamental, importante. E foi um problema. Um acordo que a gente teve que fazer sob pena de perder o PNE inteiro.<sup>59</sup>

Érika Kokay (PT-DF) afirmou, também em entrevista, que além da discussão de “ideologia de gênero” no PNE, houve um debate semelhante na CPMI do Tráfico de Pessoas e na reformulação do Estatuto da Família:

Ela vai sendo introduzida em qualquer fresta que eles puderem identificar. E o que eu percebo para a próxima legislatura (2015-2018) é que está sendo mais explícita uma aliança entre os segmentos da própria Câmara, todos os segmentos conservadores. Quando eles criam

---

<sup>57</sup> MORAES, op.cit..

<sup>58</sup> TOKARNIA, Mariana. “Discussão de gênero trava votação do PNE em comissão especial da Câmara”. Agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/discussao-de-genero-trava-votacao-do-pne>>. Acesso em 23/12/2014.

<sup>59</sup> MORAES, op.cit..



o termo “ideologia de gênero” e se reportam inclusive à [Friedrich] Engels, à *Origem da Família, da Propriedade* [Privada e do Estado], e dizem que se a família é a reprodução de uma lógica de estado, de uma sociedade de classes, a partir da propriedade, então se a família é um sustentáculo dessa lógica, a destruição dessa família patriarcal é a tentativa de destruir o capitalismo. Então o raciocínio, de forma bem grosseira, a lógica, é essa.

Presente ao encontro, a professora Tânia Mara Almeida colocou-se à disposição para, em uma outra ocasião, debater o que significa “gênero”, “igualdade de gênero” e “agenda de gênero”. O relacionamento da Bancada com a academia é frequente e aparece por meio de consultorias, convites para participação em atividades e cursos.

Na ata de reunião, não constam outras manifestações senão as de Jô Moraes e da professora Tânia Mara Almeida. Na lista de presença, não aparecem deputadas do PSC (Partido Social Cristão), que esteve à frente da oposição ao PNE, o que sugere que nesse momento não houve um debate interno à Bancada sobre o tema, mas apenas entre algumas de parlamentares nos demais espaços da Câmara. A solução apresentada é novamente “estudar” o tema.

### **c) Direitos sexuais e reprodutivos**

Em nenhuma das atas de reunião analisadas, constou qualquer menção à descriminalização ou à legalização do aborto. Chama atenção a ausência do tema, já que ele é recorrente nos períodos eleitorais e é, no Brasil, uma questão de saúde pública: o Sistema Único de Saúde estima que, anualmente, entre 800 mil e 1 milhão de mulheres interrompam de maneira voluntária – e ilegal – gestações<sup>60</sup>.

A lei brasileira garante o direito à interrupção da gestação apenas em decorrência de estupro e em caso de risco de morte da mãe. Em 2012, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi incluído o aborto em caso de fetos anencéfalos.

Jô Moraes diz que no “problema do aborto não se toca. Até porque nós vamos perder”. Ela narra uma experiência ruim para embasar seu argumento:

---

<sup>60</sup> SUWWAN, Leila. “País tem quase 2 abortos ilegais por minuto”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1012200406.htm>>. Acesso em 23/12/2014.

Eu fui a última relatora na comissão de Seguridade de um projeto que era do Estatuto do Nascituro que a gente perdeu e que só conseguiu parar porque o presidente da próxima comissão era do PT e conseguiu engavetar. Mas nós perdemos. Eu vou fazer oito anos [de Câmara Federal] agora, nós temos perdido sempre. A única forma de a gente ganhar é não pautar.<sup>61</sup>

O Estatuto do Nascituro é um projeto de lei apresentado em 2007 pelos deputados Luiz Bassuma (espírita, então membro do PT/BA, depois PV e PMN) e Miguel Martini (da Renovação Carismática, PHS/MG), ambos da base aliada do governo do à época presidente Lula. O Estatuto do Nascituro protege os embriões humanos e apoia que aborto seja transformado em crime hediondo – ou seja, inafiançável. Até o final da redação da tese, o PL aguardava parecer do relator, deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

Bassuma foi expulso do partido em 2008 por pressão de grupos de mulheres e feministas do próprio PT, que tem como resolução interna congressual a defesa da autodeterminação das mulheres, da discriminação do aborto e regulamentação do atendimento à todos os casos no serviço público “evitando assim a gravidez não desejada e a morte de centenas de mulheres, na sua maioria pobres e negras, em decorrência do aborto clandestino e da falta de responsabilidade do Estado”<sup>62</sup>.

A divergência com parlamentares religiosos/as também veio à tona no debate do Projeto de Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (PL 66/99), de autoria da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), que prevê a “profilaxia da gravidez” às mulheres que tiverem sofrido um estupro e procurarem o SUS, o que significa o fornecimento gratuito da “pílula do dia seguinte”, que permite a contracepção emergencial. O debate em torno desse assunto, que não consta nas atas da Bancada Feminina, está amplamente documentado pelos meios de comunicação. Apesar de ter sido aprovado sem alarde na Câmara dos Deputados, a Bancada Evangélica questionou-o publicamente quando o texto foi enviado para sanção da Presidência da República – o que acabou ocorrendo<sup>63</sup>.

#### **d) Reforma política e financiamento de campanha**

---

<sup>61</sup> MORAES, op.cit..

<sup>62</sup> CONGRESSO NACIONAL DO PT, Resoluções do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores. Porto Alegre: Partido dos Trabalhadores, 2007, p. 82.

<sup>63</sup> Para mais detalhes, ver MANO, 2015, op. cit.

O projeto de reforma política elaborado pelos movimentos sociais e ONGs, citado no item “a” das “Concordâncias”, foi apresentado à Bancada Feminina em 03/09/2013, quando ainda estava em elaboração. Nele constava a proposta de paridade em detrimento das cotas para mulheres, que como expliquei acima não têm eco entre as parlamentares.

Na ocasião, a deputada Flávia Morais (PDT-GO) manifestou-se contra a eleição por lista fechada com alternância de sexo: “não estamos preparados (...), antes de fazer a eleição por lista é preciso fortalecer os partidos”<sup>64</sup>.

Outro tema apresentado pelos movimentos sociais foi o financiamento público de campanha. A ideia é que, ao não permitir doações de pessoas jurídicas, não haveria “conta a ser cobrada” após a campanha. No Brasil, o que comumente ocorre é o empresariado, com destaque para as empreiteiras, financiarem as principais candidaturas e, após a eleição, fecharem contratos com o novo governo que ajudaram a eleger.

Rosane Ferreira (PV-PR) colocou-se contra o financiamento privado de pessoas jurídicas, mas não de pessoas físicas, e diz-se “cética a respeito” e que era preciso “readequar os estatutos dos partidos para que as mulheres possam se sentir capazes de disputar cargos políticos”. Érika Kokay (PT-SP) posicionou-se a favor do financiamento público de campanha e mencionou “a importância de assegurar a alternância de gênero na composição das listas”<sup>65</sup>.

Apesar de ser um dos principais problemas que impedem o acesso de mais mulheres à política e de a questão aparecer em atas de reunião da Bancada Feminina, a falta de acordo entre as parlamentares remete, mais uma vez, aos posicionamentos dos partidos de esquerda e centro-esquerda, favoráveis ao financiamento público por retirar a influência econômica dos resultados eleitorais, e de centro e de direita, contrários à proposta por considerá-la incompatível com a legislação eleitoral.

A lista fechada com alternância de sexo mais uma vez resvala nos partidos: enquanto a esquerda e a centro-esquerda defendem-na como uma maneira de valorizar os partidos políticos, o centro e a direita do Parlamento preferem o voto distrital, em que são eleitos os/as mais votados/as de determinada região.

---

<sup>64</sup> BANCADA FEMININA, ata de reunião. Brasília, 03/09/2013.

<sup>65</sup> Ibidem.

## 6. Algumas considerações

Apesar de *supostamente* unificadas pelo discurso fundacionalista biológico da maioria das parlamentares da Bancada Feminina, não encontramos proposições consensuais para obter uma nação mais “sensível” ou mais “feminina”, mas sim contra a desigualdade: em prol da equiparação salarial para ocupação das mesmas funções; ampliação da participação das mulheres na política institucional; combate à violência contra as mulheres. É sua situação enquanto classe feminina, portanto, que elas procuram modificar. Ao analisar as tramitações, contudo, percebemos que essas propostas não conseguem caminhar na Casa. O que prevalece como medidas bem sucedidas são pautas mais relacionadas à “contenção de danos” do que à emancipação: garantir tratamentos na rede pública de saúde, denunciar a brutalidade da violência doméstica e manter a prisão temporária para pais que não pagam a pensão alimentícia. Assim, os interesses “práticos” das mulheres se sobrepõem aos “estratégicos”, que de fato poderiam contribuir para transformar estruturalmente sua posição na divisão sexual do trabalho.

As limitações enfrentadas para os projetos de mudanças de caráter mais estratégico serem aprovados derivam tanto de uma óbvia falta de apoio do conjunto dos dominantes – por que o fariam? – como também, entre as mulheres, da falta de um posicionamento unificado que permitisse questionar estruturalmente as desigualdades. A pluralidade de experiências, imbricadas com outras relações, em especial de classe social e “raça”, produzem frações em sua classe. Tais frações fazem com que parte das mulheres, conscientes ou não disso, esteja ideologicamente mais próxima à classe dos homens – e aqui acrescento a eles, os brancos, heterossexuais e com alta renda – e que aja em prol da manutenção de sua hegemonia, resultante de um complexo processo de articulação.

Considerando-as não como uma soma de opressões, mas como representantes de complexidades múltiplas, elas poderiam convergir temporariamente com outros grupos “de baixo”, inclusive de homens – negros, indígenas, LGBTs\* etc. – não preponderantes na política institucional, não ocorre. Como afirma Patricia Hill Collins ao refletir sobre as “forasteiras de dentro” (*outsider within*), uma variedade de indivíduos poderia aprender com as experiências das mulheres negras: “homens negros, trabalhadores, mulheres brancas, outras pessoas de cor, religiões e minorias sexuais e outros indivíduos que (...)

nunca se sentiram confortáveis com concepções dadas como certas”<sup>66</sup>. No entanto, não é isso que ocorre.

## **Bibliografia**

ALVES, José Eustáquio Diniz. 80 anos do voto feminino. *Agência Patrícia Galvão*, São Paulo, 23 fev. 2012. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2757&catid=80](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2757&catid=80)>. Acesso em: 15 ago. 2012.

COLLINS, Patricia Hill. “Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought”. *Social Problems*, v. 36, n.6, p. S14-S32, Out-Dez 1986, p. S14.

DIETZ, Mary. “Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking”. *Political Theory*, Vol. 13, No. 1 (Feb., 1985), p. 19-37.

FALQUET, Jules. Habilitation à diriger des recherches. “Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe de sexe”. Capítulo 5 - extratos. 2012

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In HIRATA, Helena et. al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009 [2001].

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. HIRATA, Helena et. al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009 [2001].

MANO, Maíra Kubík T. “Legislar sobre mulheres: relações de poder na Câmara Federal”. 2015. 319f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. “Classe de sexo: reflexões sobre uma categoria de análise”. In: Andreza de Oliveira Andrade, Josiane Maria de Castro Ribeiro, Maria Ilidiana Diniz, Fernanda Marques de Queiroz, Luana Paula Moreira Santos. (Org.). *Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos*. 1ed. Mossoró: Edições UERN, 2016, v. , p. 49-70.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. L’inclusion des femmes en politique et la théorie politique anglo-saxonne. In: BARD, Christine; BAUDELLOT, Christian; MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Quand les femmes s’en mêlent - genre et pouvoir*. Paris: Éditions de La Martinière, 2004

---

<sup>66</sup> COLLINS, Patricia Hill. “Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought”. *Social Problems*, v. 36, n.6, p. S14-S32, Out-Dez 1986, p. S14.

MENEGUELLO, Rachel; SPECK, Bruno; SACCHET, Teresa; MANO, Maira Kubík T.; SANTOS, Fernando Henrique; GORSKI, Caroline. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: UNICAMP, Cesop, 2012, p. 41.

MESSEMBERG, Débora. “O ‘Alto’ e o ‘Baixo Clero’ do Parlamento brasileiro”. Artigo completo apresentado ao 33º Encontro Anual da Anpocs, Grupo de Trabalho 18, Elites e Instituições Políticas, 2009.

MOLYNEUX, Maxine. “Mobilization without Emancipation? Women’s Interests, the State and Revolution in Nicaragua”. *Feminists Studies*, v. 11, n. 2, p. 227-254, 1985

NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Rev. Estud. Fem.* vol. 8, n. 2, Florianópolis, p.11-33, 2000.

PATEMAN, Carole, *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. HIRATA, Helena et. al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009 [2001].

PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Nova York: Oxford University Press, 2003.